



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS  
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC

# Texto para discussão

Texto para discussão nº 19/2005

## *O EMPREGO E A RENDA COMO ALICERCES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO*

Eduardo Belisário Finamore  
Marco Antonio Montoya

# O EMPREGO E A RENDA COMO ALICERCES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

*Eduardo Belisário Finamore<sup>1</sup>  
Marco Antônio Montoya<sup>2</sup>*

Sabe-se que o padrão de vida de uma nação é explicado por forças como produtividade do trabalhador, capital físico existente, capital humano, recursos naturais, nível de poupança etc. Mas um determinante ainda mais óbvio do padrão de vida é o nível de desemprego encontrado no país. Pessoas que estariam dispostas a trabalhar, mas que não encontram um emprego, não contribuem para a produção de bens e serviços da economia. Além disso, a maior parte das pessoas depende do ganho de seu trabalho para manter seu padrão de vida e muitas obtêm de seu trabalho não só a renda, mas um sentido de realização pessoal.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo avaliar o perfil do mercado de trabalho e a evolução do emprego e da renda no município de Passo Fundo de 2000 a 2004. Isso porque a análise da dimensão populacional, assim como a noção de suas habilidades e vocações, constitui-se no alicerce para a construção de políticas de desenvolvimento regional sustentável. Com esses fins, para caracterizar o perfil do mercado de trabalho local, tanto formal quanto informal, e da renda municipal, utilizou-se o Censo Demográfico de 2000. Já, para a avaliação da evolução do emprego, a análise se restringe aos empregos formais, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho.

## A força de trabalho no município

O desempenho do mercado de trabalho e suas características são analisados a partir da população em idade adulta (PIA) e da população economicamente ativa (PEA) - a PEA é composta tanto pelas pessoas "ocupadas" quanto pelas "desocupadas". O IBGE classifica como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva na procura de trabalho no período de referência de 30 dias. Aquelas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas são consideradas não-economicamente ativas.

Essas informações, do censo de 2000 (Quadro 01), revelam que havia no município de Passo Fundo 168.458 habitantes, dos quais a população em idade adulta (PIA) era de 138.674 pessoas, ou seja, 82,32% da população municipal poderiam se manifestar como postulantes a um posto de trabalho.

Do total da PIA, 83.747 ou 60,4% das pessoas constituem a força de trabalho municipal, ou seja, a população economicamente ativa. Dentre as pessoas economicamente ativas no município de Passo Fundo 56,1% são do sexo masculino e 43,9%, do feminino e, dentre as pessoas não economicamente ativas, 66,3% são do sexo feminino e 33,7%, do masculino, ou seja, verifica-se que a força de trabalho do município é predominantemente masculina.

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade (FEAC) de Passo Fundo (UPF), RS. Pesquisador do Centro de Pesquisa e Extensão da FEAC e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo. E-mail: montoya@upf.tche.br

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade (FEAC) de Passo Fundo (UPF), RS. Pesquisador do Centro de Pesquisa e Extensão da FEAC e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: finamore@upf.tche.br

Quadro 01: População em idade adulta (PIA), por condição de atividade, segundo o Município de Passo Fundo e o Rio Grande do Sul

	Passo Fundo	%	Masc.	%	Fem.	%
<b>População em Idade Adulta (PIA)</b>	<b>138.674</b>	<b>100,0</b>	<b>65.497</b>	<b>47,2</b>	<b>73.177</b>	<b>52,8</b>
<b>Economicamente ativas (PEA)</b>	<b>83.747</b>	<b>60,4</b>	<b>46.963</b>	<b>56,1</b>	<b>36.783</b>	<b>43,9</b>
<b>Não economicamente ativas</b>	<b>54.927</b>	<b>39,6</b>	<b>18.534</b>	<b>33,7</b>	<b>36.394</b>	<b>66,3</b>

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Resultados da amostra

Quando analisada a população ocupada (PO) do município (Quadro 02), verifica-se que, da mão-de-obra ocupada, 48,5% tinham carteira de trabalho assinada; 23,0% são trabalhadores por conta própria; 17,2% dos trabalhadores não tinham carteira assinada; 5,2% são militares e funcionários públicos estatutários; 4,2% são empregadores; 1,3% trabalhavam, mas não eram remunerados por tratar-se de ajuda a membro do domicílio e 0,5% são trabalhadores na produção do próprio consumo. Vale salientar que os agricultores familiares são contabilizados como autônomos. Verifica-se ainda que, do total de empregados (49.685) do município, 12.078 trabalhavam no mercado informal, sem carteira de trabalho assinada, isto é, 24,31% dos empregados no município são classificados como trabalhadores informais; o restante, 75,69%, como trabalhadores do mercado formal.

Quadro 02: População ocupada (PO) por posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal, segundo o Município de Passo Fundo

		Passo Fundo	
<b>Total</b>		<b>70032</b>	<b>100,0%</b>
<b>Empregados</b>	<b>Com carteira de trabalho assinada <sup>(1)</sup></b>	<b>33931</b>	<b>48,5%</b>
	<b>Militares e funcionários públicos estatutários</b>	<b>3675</b>	<b>5,2%</b>
	<b>Outros sem carteira de trabalho assinada <sup>(2)</sup></b>	<b>12078</b>	<b>17,2%</b>
	<b>Total</b>	<b>49685</b>	<b>70,9%</b>
<b>Empregadores</b>		<b>2926</b>	<b>4,2%</b>
<b>Conta própria</b>		<b>16112</b>	<b>23,0%</b>
<b>Não remunerados em ajuda a membro do domicílio</b>		<b>944</b>	<b>1,3%</b>
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>		<b>366</b>	<b>0,5%</b>

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos. (2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Resultados da amostra

Ainda, como o total de Pessoas Ocupadas (PO) em Passo Fundo era de 70.032 e dado que a população economicamente ativa era de 83.747 (Quadro 01), pode-se inferir, por diferença, que havia 13.715 pessoas desocupadas no município, ou seja, pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva na procura de trabalho. Assim, em termos percentuais, com base nos dados do IBGE, a taxa de desemprego municipal (desocupados/PEA) era de 16,38% em 2000. Para o estado como um todo essa taxa de desemprego era de 12,21%. Deve-se salientar que o indicador desocupados/PEA revela o padrão de utilização da força de trabalho local.

A elevada taxa de desemprego no município, além do lado perverso do ponto de vista individual, mostra também uma potencialidade para a economia regional uma vez que a reconversão dessa mão-de-obra apresenta um baixo custo de oportunidade para o município. Isso porque, enquanto outros municípios precisam de mão-de-obra para poder alavancar um crescimento sustentado no médio e longo prazo e, portanto, despender recursos públicos volumosos para infraestrutura de moradia, transporte, educação, entre outros serviços públicos, no município de Passo Fundo, esse investimento já foi feito em grande parte. Desse modo, longe de lamentos negativos, devem-se construir políticas de parcerias públicas e privadas para incorporar essa mão de obra subutilizada na produção de maior quantidade de bens e serviços.

## Os novos empregos criados no município

Mas como está evoluindo o nível de emprego no município de Passo Fundo? Respondendo a essa questão, a partir dos dados da CAGED, órgão do Ministério do Trabalho e do Emprego (Quadro 03), pode-se dizer que, entre 2001 a 2003, foram criados 3.240 empregos formais no município. Contudo, verifica-se ainda que a dinâmica da criação de novos empregos no município está mudando rapidamente já que, nos quatro primeiros meses de 2004, foram criados mais 1.056 empregos formais, o que representa 32,6% do total criado nos últimos três anos e 76,14% do emprego gerado em 2003. Desde o último censo (2000), portanto, foram criados 4.298 empregos. Estará ocorrendo a retomada do crescimento no município? Em geral, a retomada do crescimento e, em decorrência, o incremento do nível do emprego é um fato que se está observando em todo o Brasil, cuja característica marcante é a retomada do emprego no interior dos estados, impulsionado pelo crescimento do agronegócio e pelo aumento das exportações das principais *commodities* agrícolas.

Quadro 03: Admissões, desligamentos e saldo de emprego no município de Passo Fundo

Anos	Admissões				Desligamentos				Saldo
	1º Emp.	Reemp.	Transf.	Total	Demis.	Transf.	Apo/Inv/ Morte	Total	
2001	1970	10827	814	13611	11608	782	86	12476	1135
2002	1884	11029	0	12913	12070	0	123	12193	720
2003	1885	11344	0	13229	11724	0	118	11842	1387
2004*				5385				4329	1056

\* os dados de 2004 referem-se somente aos meses de janeiro a abril.

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Estimativas com base na amostra

Qual é, então, o impacto desses novos empregos criados sobre a taxa de desemprego municipal? A população municipal projetada para 2004 (Quadro 04) mostra que a PEA aumentou em 3.997 pessoas e, sabendo que os empregos gerados no período foram de 4.298, pode-se inferir que o estoque de desempregados, que era de 13.715 em 2000, passou para 13.414 em 2004 (redução de 301 desempregados). Portanto, pode-se afirmar que a taxa de desemprego municipal reduziu-se de 16,4% em 2000 para 15,3% da PEA em 2004. Deve-se salientar, entretanto, que a maioria dos empregos formais criados no período analisado, segundo dados da CAGED, foram para trabalhadores braçais e, portanto, de baixos salários.

Quadro 04: Nível de desemprego e criação de emprego entre 2000 a 2004 no município de Passo Fundo

	2000	%	2004*	%	Novos empregos	2000/04
Total população	168.458	100,0%	176.499	100,0%	Necessidade	3.997
PEA	83.747	49,7%	87.744	49,7%	Criados	4298
Desempregados	13.715	16,4%	13.414	15,3%	Saldo	301

Fonte: Censo Demográfico de 2000. Para 2004 foram feitas estimativas com base na taxa de crescimento da população municipal de 0,94% entre 2002 a 2003.

## Rendimento salarial

A análise do rendimento salarial permite observar o padrão de geração e de distribuição do produto e da renda municipal, ou seja, permite verificar o tamanho do mercado interno ou da demanda potencial e o grau de apropriação pela população do excedente de renda gerado.

Do total dos domicílios particulares permanentes de Passo Fundo (Quadro 05) existem 1.388 sem rendimento familiar, o que corresponde a 2,8% do total das famílias. No entanto, a renda municipal média dos domicílios particulares com rendimento é de 9,8 salários mínimos (R\$ 1.401,41), 15% mais elevada que a média estadual de 8,07 salários (R\$ 1.218,63).

Quadro 05: Domicílios particulares permanentes (total e com rendimento domiciliar) e valor do rendimento nominal médio mensal (total e com rendimento domiciliar) segundo o município de Passo Fundo

<b>Domicílios particulares permanentes</b>	<b>Total</b>	<b>49.529</b>
	<b>Com rendimento domiciliar</b>	<b>48.141</b>
<b>Valor do rendimento nominal dos domicílios particulares permanentes (R\$)</b>	<b>Total</b>	<b>R\$ 1.362.15</b>
	<b>Com rendimento domiciliar</b>	<b>R\$ 1.401.41</b>

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Resultados da amostra (salário mínimo de R\$151,00).

Observa-se ainda que a renda anual total dos 49.529 domicílios de Passo Fundo (renda mensal média de R\$1.362,15) é de R\$809,59 milhões de reais, o que equivale a dizer que a renda familiar per capita do município (R\$809,59 milhões/168.458 habitantes) é de R\$4.805,89 por ano. O PIB de Passo Fundo, em moeda corrente, no ano de 2000, era de R\$1.082,62 milhões de reais, o que corresponde a um PIB per capita de R\$6.426,62. Portanto, a apropriação da renda pelas famílias do município, medida através da relação renda familiar per capita/ PIB per capita, foi de 74,78%. Esse valor indica o tamanho do mercado interno e o potencial para novas oportunidades de negócios com base na renda da população local.

Cabe lembrar que nem sempre um elevado PIB per capita implica um elevado rendimento dos habitantes da região. Isso porque, se o controle do processo de produção, beneficiamento e comercialização é realizado por agentes com domicílio em outras regiões, o rendimento que lhes cabe (e que corresponde, via de regra, ao excedente) será enviado para fora do município. Para o município de Marau, por exemplo, enquanto o PIB per capita foi de R\$19.281,55, em 2000, a renda familiar per capita foi de apenas R\$4.151,70, inferior à renda familiar de Passo Fundo, revelando que a população residente apropriou-se apenas 21,53% da renda total gerada no município, ou seja, verifica-se que o tamanho do mercado interno do município de Marau é restrito e, portanto um entrave para o desenvolvimento de meio e longo prazo.

#### Potencialidades para o desenvolvimento sustentável do município

Existem dois pontos positivos quanto ao potencial de desenvolvimento sustentável de Passo Fundo: o primeiro é a elevada relação entre a Renda Familiar e o PIB, que revela uma grande apropriação do excedente de renda, que pode ser direcionado para desenvolver a matriz produtiva do município e da região; o segundo ponto é que a alta participação dos setores industriais e de serviços no PIB regional, como é o caso de Passo Fundo, revela o alto padrão de empreendedorismo municipal e de especialização, que deve ser mobilizado para alavancar o desenvolvimento municipal e regional.

No entanto, observa-se no município nos últimos anos uma estagnação do PIB per capita, devendo, portanto, para mudar essa trajetória, ocorrer uma mobilização dos recursos financeiros, físicos e humanos disponíveis internamente, de forma a explorar as potencialidades internas e externas existentes.

As estratégias mais indicadas, dadas as potencialidades identificadas, perpassam pela especialização a partir dos agrupamentos produtivos existentes localmente, de modo a induzir o crescimento econômico municipal através das inúmeras ligações entre os vários setores da economia regional. O que se está argumentando é que o desenvolvimento municipal deverá passar, necessariamente, pelo desenvolvimento regional, de forma integrada e harmônica longe dos bairrismos municipais, ou seja, com base na matriz produtiva dos vários municípios da região, devendo enfatizar relações competitivas e complementares. Para isso, há que se identificar as oportunidades e os gargalos locais e regionais que podem ser financiados com os recursos acumulados nos municípios.